



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA (31ª) SESSÃO **ORDINÁRIA**

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano dois mil e treze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Trigesima Primeira (31ª) Sessão Ordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 19 de setembro de 2013. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Benedito José do Couto (01), Cinoê Duzo (02), Daniel Gasparini dos Santos (03), Daniela Dalben Mota (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antonio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou o Vereador Cinoê Duzo para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Trigésima (30ª) Sessão Ordinária, realizada em 16 de setembro de 2013, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência, o Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 132, de 2013, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, “dando denominação à MMR – 23/048, localizada no Bairro Macuco, de Estrada Municipal Rosalia Tirapele Guarnieri”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 133, de 2013, do Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, “instituinto a Semana Municipal de Combate à Evasão Escolar, no Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 134, de 2013, da Senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, “dando denominação à MMR – 081/001, localizada no Bairro dos Alves, próximo à represa da Cachoeira de Cima, de Estrada Rural André Ricardo Alves”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Balancete Contábil e Relatórios da Receita e Despesa Mensal do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim, “referente ao mês de agosto de 2013”; (à Comissão de Finanças e Orçamento); 5. Balancete Contábil e Relatórios da Receita e Despesa Mensal da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de janeiro de 2013”; (à Comissão de Finanças e Orçamento); 6. Balancete Contábil e Relatórios da Receita e Despesa Mensal da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de fevereiro de 2013”; (à Comissão de Finanças e Orçamento); 7. Balancete Contábil e Relatórios da Receita e Despesa Mensal da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de março de 2013”; (à Comissão de Finanças e Orçamento); 8. Balancete Contábil e Relatórios da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Receita e Despesa Mensal da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de abril de 2013”; (à Comissão de Finanças e Orçamento); 9. Balancete Contábil e Relatórios da Receita e Despesa Mensal da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de agosto de 2013”; (à Comissão de Finanças e Orçamento). Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): n.ºs. 606 e 607, de 2013, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, para que informe, através da Secretaria de Saúde, sobre os tratamentos de quimioterapia e radioterapia em Mogi Mirim” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, encaminhando-lhe minuta de projeto de lei, que dispõe sobre o funcionamento de feiras itinerantes no Município de Mogi Mirim”; n.º 615, 617, 618, de 2013, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, respectivamente, “seja oficiada a direção da Elektro S/A, para que efetuem a manutenção da iluminação, em toda a extensão da Rodovia André Franco Montoro”, “seja oficiada a direção da Elektro S/A, para que efetuem a manutenção da iluminação e troca de lâmpadas queimadas na Rua Sebastião Milano Sobrinho, no Jardim Planalto, sentido centro-bairro”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, reiterando-lhe o solicitado no Requerimento n.º 234/2013, para construção de caçadas na Rua Sebastião Milano Sobrinho, no Jardim Planalto”; n.º 619, de 2013, do Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, encaminhando-lhe minuta de projeto de lei, que dispõe sobre isenção do ITBI, para imóveis de loteamentos inscritos no programa Cidade Legal, no Município de Mogi Mirim”; n.º 620, de 2013, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, para que encaminhe à NET Serviços de Comunicação S/A, bem como para a ANATEL, a fim de que prestem informações da viabilização do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

cabeamento e posterior transmissão para o Bairro Parque do Estado II”; nº 621, de 2013, da Sra. Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, solicitando, “prorrogação dos trabalhos da Comissão Especial para Acompanhamento do Processo de Licitação da Merenda Escolar, constituída através do Requerimento nº 456/2013, formalizada pela Portaria nº 32/2013, pelo prazo de noventa (90) dias”; nº 622, 623 e 624, de 2013, da Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, requerendo-lhe cópia do contrato referente às publicações oficiais do Município”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, requerendo-lhe informações sobre o Centro Especializado Municipal de Atendimento e Apoio à Inclusão – CEMAAI, tais como estrutura física do prédio, número de funcionários, custos mensais dos serviços, número de crianças atendidas e capacidade ociosa” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, requerendo-lhe informações sobre o funcionário José Airton dos Santos”. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nºs 811, 812, 813, de 2013, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, sugerindo, respectivamente, “limpeza nas calçadas da Avenida Dr. João Avancini, no Bairro Mogi Mirim II”, “melhorias no sistema de escoamento das águas pluviais na rotatória, localizada na saída do Túnel Mário Covas, na zona leste” e “estudos para construção de uma unidade do Centro de Referência de Assistência Social de Mogi Mirim – CRAS na região do NIAS – Núcleo Integrado de Atividades Sociais, na zona leste”; nºs 814, 815, 816, 817, de 2013, do Sr. Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, sugerindo, respectivamente, “estudos para que profissionais agentes de saúde, assistentes sociais e outros possam orientar a população sobre o projeto piloto de compostagem e reciclagem de lixo”, “estudos para criação de um programa de incentivo fiscal às empresas, que concederem o primeiro emprego aos jovens mogimirianos” e “estudos para realização



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de campanha educativa e específica de combate à violência dentro das escolas municipais”; nºs 818 e 819, de 2013, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo, respectivamente, “estudos para construção de canaletas, para escoamento de águas pluviais, na Rua Luiz Antônio Balzanello, na entrada do Residencial Floresta”, “estudos para construção de um tanque de batismo em local a ser estudado, para atendimento às Igrejas Evangélicas de Mogi Mirim”; nºs 820, 822, 823, 824, 825 e 826, de 2013, do Sr. Vereador Luiz Antonio Guarnieri, sugerindo, respectivamente, “estudos para melhoria na circulação de veículos e estacionamento na Rua Manaus”, “reparo nos buracos existentes na Rua Fortunato Paschoal Polettini, no Bairro Santa Cruz”, “reparo nos buracos existentes na Rua Senador José Bonifácio, próximo ao nº 734, no centro”, “melhorias para o estacionamento de veículos no entroncamento das Ruas Marciliano, dos Expedicionários e Santa Cruz”, “estudos para melhoria da circulação de veículos na Avenida Benedito Alvarenga, acesso ao Bairro Maria Beatriz” e “colocação de lixeiras na Praça Itapira, no Bairro Mirante”; nº 827, de 2013, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, sugerindo, “estudos para mudança de local da Feira Livre de Martim Francisco, de em frente à sede da Subprefeitura, para a Praça do Distrito”; nº 828, de 2013, do Sr. Vereador Daniel Gasparini dos Santos, sugerindo, “o recapeamento da camada asfáltica da Rua Noé de Freitas, no Bairro Jardim Flamboyant”; nºs. 829, 830 e 831, de 2013, do Vereador Benedito José do Couto, sugerindo, “uma ambulância, de plantão, no Posto de Saúde de Martim Francisco e no Posto de Saúde do Jardim Planalto”, “implantação de redutor de velocidade na Avenida Expedito Quartieri, desde o Depósito de Construção São Sebastião e até a entrada das Chácaras Ypê” e “estudos para complementação da calçada do lado direito da Avenida Benedicto Marques de Camargo, próximo à rotatória do Bairro Linda Chaib, sentido Túnel Mário Covas”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores a seguinte **MOÇÃO**, endereçada à Mesa (aprovadas pela Casa): nº 148,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de 2013, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com o senhor Ricardo Piccolomini de Azevedo, Diretor do Jornal A Comarca, pelos vinte anos da coluna Plantão Eletrônico”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofício nº 63/2013, datado de 04 de setembro de 2013, subscrito pelo Dr. Gabriel Guerreiro, 4º Promotor de Justiça de Mogi Mirim, “comunicando sua assunção ao novo cargo, nesta Comarca Judiciária”; (arquite-se); Ofícios s/nº e nºs. 1032, 1043, 1044, 1045, 1047, 1049, 1050, 1051, datados de 16, 17, 18, 19 de setembro de 2013, subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, “encaminhando, de acordo com a Lei Municipal nº 2976/98, cópia do Balancete Trimestral das Receitas e Despesas do Fundo Municipal de Habitação, referente ao 1º e 2º trimestres de 2013 e ainda, respondendo a respeito do Requerimento nº 571/2013; Requerimento nº 519/2013; Indicação nº 684/2013; Indicação nº 749/2013; Requerimento nº 525/2013; Requerimento nº 570/2013; Indicação nº 490/2013; Indicação nº 706/2013, todos desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores); Ofício nº 458/2013, datado de 29 de agosto do corrente, subscrito pelo Sr. Saulo de Castro Abreu Filho, Secretário Estadual de Logística e Transporte, “atendendo ao Ofício nº 19/2013, desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência ao Vereador Leonardo David Zaniboni); Ofício nº 0386/2013, datado de 19 de agosto do corrente, subscrito pelo Sr. Leônidas Florêncio Papalardi, Gerente Regional da Telefônica Telecomunicações S/A, “informando a respeito do Ofício nº 225/13, desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência ao Vereador Laércio Rocha Pires); Telegrama referência: nº. 010085, de 2013, datado de 13 de setembro do corrente, subscrito pela Secretaria Executiva do Fundo Nacional da Saúde do Ministério da Saúde, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquite-se); Cartão, datado de agosto de 2013, subscrito pela família de Cosme Antônio



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Sebastião Rímoli, “agradecendo a homenagem prestada ao ente falecido”; (arquite-se). Não havendo mais proposições ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Primeiramente, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, para falar da Semana da Luta da Pessoa com Deficiência, lei aprovada por unanimidade pela Casa, cuja abertura se dera na presente data, com palestra proferida pela Vereadora. “Estivemos lá, a Vereadora Daniela Dalben Mota e eu, presentes também os assessores dos Vereadores Cinoê Duzo e Jorge Setoguchi, e tivemos a apresentação do Coral da APAE, que nos transmitiu muita energia boa; teremos também apresentações, desfile de moda para pessoas com deficiência e eu espero que este seja mais um passo, para a mudança da política da pessoa com deficiência, em nosso Município”, completou a Vereadora, encerrando sua participação. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que desde logo, trouxe sua indignação em relação à transferência do funcionário José Airton dos Santos, que era motorista na Secretaria de Saúde, também integrante da Comissão de Greve, do Sindicato dos Servidores e militante ativo na discussão da mudança do regime trabalhista da Prefeitura. A Vereadora relatou que, após o funcionário ter participado das manifestações contrárias às posições do Poder Executivo, a administração o havia retirado do cargo que ocupava, na Secretaria de Saúde, transferindo-o para a Gerência de Assistência Social que, por sua vez, não o aceitara para nenhuma função, determinando, por conseguinte, que o funcionário permanecesse sentado, numa cadeira, por oito horas diárias e que, isto havia sido registrado em foto e em vídeo, postado na Internet. Prosseguindo, a Vereadora afirmou que tais atos haviam levado o funcionário a um quadro depressivo, que resultara no seu afastamento e que, isto era inaceitável, pois o funcionário tinha vinte anos de serviços prestados ao Município, sem qualquer mácula, razão pela qual



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

havia apresentado o requerimento, solicitando a posição da administração municipal. A Vereadora abordou ainda, o assunto das Parcerias Público-Privadas – PPPs, lembrando que, quando da votação do projeto, havia levantado o questionamento, pela leitura de jornais e por aquilo que tinha escutado, de que havia intenção clara de privatização da área da saúde, algo que a Vereadora do PSB temia. “Nos jornais, o Prefeito diz que quem ganhar a privatização, deverá injetar vinte milhões na área da saúde, mas ele já fala em parceria com a Santa Casa, incluindo não só a questão do atendimento de emergência, mas também as onze Unidades Básicas de Saúde – UBSs, e ainda, ele pontua, em todas as entrevistas, como ponto positivo, que a questão a ser tratada será a de quantidade – médicos, consultas – mas eu pergunto: e a qualidade?”, inquiriu a Edil. A Vereadora disse que temia uma onda de demissões, que a saúde era uma responsabilidade do Poder Público e não privada e, finalizando seu discurso, solicitou aos nobres Pares que acompanhassem o trâmite do assunto, que era algo muito delicado para a cidade de Mogi Mirim, haja vista o exemplo da privatização da merenda escolar. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que versou a respeito de sua indicação, através da qual sugeriu estudos para a mudança de local da Feira Livre, de Martim Francisco, de em frente à sede da Subprefeitura, para a Praça do distrito, explicando que o objetivo era evitar a interdição do trânsito, que acontecia todas as sextas-feiras. Sobre outro assunto, o Vereador fez referência às eleições internas do Partido dos Trabalhadores, PT de Mogi Mirim. “Dia 10 de novembro, nós teremos a Convenção Municipal do Partido dos Trabalhadores – PT e o atual Presidente da sigla, Ernani Luiz Donatti Gragnanello, diz a todos que acha louvável a disputa interna, dentro do partido, mas é tudo mentira, haja vista que ele acabou de ingressar com uma impugnação à minha candidatura; mas eu quero deixar claro, que eu vou disputar sim a Presidência do PT de Mogi Mirim, porque eu cansei de ser subserviente ao atual presidente, apenas quando lhe é interessante, sem contar, entre



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

outras coisas, que o partido precisa ser pujante e, em trinta anos de fundação, nesta cidade, só temos trezentos filiados!”, desabafou o Vereador. Por fim, o Vereador frisou que buscava a disputa, que não admitia hipocrisia e que, concorreria ao cargo, nem que fosse sob liminar, pois desejava novos filiados ao partido, mais vereadores, transparência e companheirismo, algo que, lamentavelmente, não existia na esfera municipal. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, que falou sobre reunião, ocorrida no Gabinete do Prefeito, presentes, além do Chefe do Poder Executivo local e seus secretários, a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, o orador e o Secretário Estadual de Habitação, cujo assunto versara acerca de projetos habitacionais, a vinda de mais mil casas populares e o possível local para instalação das novas unidades. “Conversamos muito sobre habitação em Mogi Mirim, sobre a vinda de mais unidades habitacionais, mas eu não poderia deixar de tocar na questão da regularização de loteamentos, porque o Programa Cidade Legal faz parte dos projetos da CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano, da Secretaria Estadual de Habitação”, completou. O Vereador lembrou que estava agendada, para a próxima segunda-feira, dia 30 de setembro, no Plenário da Câmara, audiência pública para explanação, através da Secretaria de Habitação do Estado, de assuntos correlatos à regularização do Loteamento Parque das Laranjeiras, com a participação do Sr. Gabriel Veiga, Coordenador Executivo do Programa Cidade Legal. O Vereador informou ainda, que na presente data, a Prefeitura Municipal havia remetido à Secretaria de Habitação do Governo do Estado toda a documentação para regularização do Parque das Laranjeiras, até a Rua 31, acreditando o Vereador, que os documentos estariam liberados em trinta dias, algo que o Vereador classificou como “ótima notícia”. “Estamos correndo contra o tempo, para regularizar a outra parte do loteamento e, se a verba do PAC, de trinta milhões de reais, realmente chegar, poderemos utilizá-la em cem por cento para o Parque das Laranjeiras, especificamente”, detalhou. Para concluir, o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador recordou que o processo de regularização do dito loteamento tinha se iniciado junto à Secretaria de Estado, em 2007, e que, desde então, lutava por este objetivo. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni. Este, desde logo, falou sobre o falecimento da Sra. Márcia Moura, que estava comissionada na Gerência de Cultura. “Quero deixar minha homenagem à amiga que faleceu, Márcia Moura, da Gerência de Cultura, pessoa que muito me ajudou durante o período de campanha; ela vinha mal de saúde e faleceu na sexta-feira passada, portanto, eu peço a inclusão de um Minuto de Silêncio ao final da sessão em curso, em memória da Sra. Márcia Moura”, solicitou o Edil. Depois, o Vereador comentou a respeito dos Projetos de Lei Complementares n.ºs. 11 e 12/2013, para votação na pauta da “Ordem do Dia”, dizendo que os projetos tratavam de algo que ele sempre defendera, ou seja, a troca das cestas básicas, fornecidas pela Prefeitura, pelo vale-alimentação. “Isto é muito importante para o comércio, sempre apoiei esta ideia, pois o funcionário poderá adaptar os gêneros alimentícios de acordo com as necessidades de sua casa e, além disso, serão três milhões e quatrocentos mil reais/ano de giro financeiro, certamente, com grande parte da cifra aplicada no comércio local, o que trará certa concorrência, sendo, inclusive, benéfico à população interior da cidade”, explicou. Finalizando, o Vereador Leonardo Zaniboni reforçou o convite já feito pelo Vereador Luís Roberto Tavares, para audiência pública na segunda-feira, dia 30, às 19 horas, afirmando que era muito importante que os interessados participassem da reunião. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, fazendo referência ao Projeto de Lei n.º 125/2013, para votação na pauta da presente “Ordem do Dia”, dispondo sobre incorporação, ao perímetro urbano do Município de Mogi Mirim, da área de terreno de propriedade de Paulo Aparecido Rodrigues, mais conhecido como Paulinho Terraplenagem. Explicou que o projeto objetivava transformar, em área urbana, gleba de terreno, situada em área rural, única e exclusivamente com o objetivo de receber os entulhos da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

construção civil, coletados em Mogi Mirim; que os empresários do setor estavam lutando e aguardando a aprovação deste projeto, desde o início de 2013, e que, o empresário Paulo Rodrigues vinha adequando o terreno desde então. Prosseguindo, registrou a presença dos empresários Manara, da Transentulho; o Italiano, da Caçamba Italiana; o Francisco, da Caçanfaz, e Edson Antônio, da Mogilix, proprietários das empresas mogimirianas coletoras de entulhos. Explicou que, até o presente momento, não existia na cidade um local adequado para o depósito dos entulhos retirados da construção civil e que, a adequação do terreno encerraria este problema, razão pela qual pedia o apoio dos nobres Pares, para a aprovação do projeto. Por fim, comentou reunião que tivera com a Secretária Municipal de Educação, Rosana Balbão Bridi, cujo assunto havia girado em torno do antigo prédio do CANDÁ, localizado na zona norte, edifício atualmente depredado e ocupado por usuários de drogas e maus elementos. “Estamos esperando que a Secretária de Educação e o Secretário de Obras, Wilson Rogério da Silva, se reúnam para projeto de reforma do CANDÁ, procurando, assim, atender às crianças da zona norte, que não têm onde ficar depois da escola, retirando-as das ruas e da ociosidade, colocando-as meio período na escola, meio período no CANDÁ”, declarou, encerrando sua participação. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. Este iniciou, dizendo que o papel do Vereador deveria extrapolar a esfera municipal, mas ir até as esferas estadual e nacional, em busca de recursos em prol da população de Mogi Mirim e que, o Vereador Jorge Setoguchi e ele, orador, haviam estado em São Paulo, no Gabinete do Deputado Guilherme Campos, PSD/SP, protocolando pedido de verba, através de emenda parlamentar, para a Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, buscando, assim, a aquisição de novos equipamentos, necessidade apontada pela própria gestão do hospital. “O deputado Guilherme Campos prontamente nos atendeu e colocou o pedido como prioritário, pois ele mesmo disse que a saúde era prioridade, em qualquer situação, e ele se



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

prontificou a conquistar esta verba para Mogi Mirim”, explicou. Depois, registrou o transcurso dos vinte anos da coluna jornalística “O Plantão Eletrônico”, do jornal A Comarca, classificando a coluna como veículo democrático, que sempre prestara serviços à comunidade, sendo o único canal em que todos podiam participar, sem discriminação, dando suas opiniões, colocando comentários, críticas e, até mesmo, fazendo denúncias. A seguir, cumprimentou os membros da Frente Libertária Municipal – FLM, presentes às galerias e também inscritos para uso da palavra em Tribuna Livre, bem como, novamente, o jornal A Comarca, ambos pela iniciativa do Projeto S.O.S. Rio Mogi Mirim. “A população deveria se espelhar nesse exemplo e se mobilizar, organizadamente, a fim de também pleitear, denunciar e apresentar soluções para os problemas da municipalidade, porque é necessário ter a noção de coletividade, em busca de uma qualidade de vida melhor”, frisou. Finalizando, o Vereador Cinoê Duzo registrou e agradeceu a presença do Sr. Márcio de Souza, Presidente da Associação dos Deficientes de Mogi Mirim, agora assunto como membro do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires, que prontamente comentou as palavras de seu antecessor à tribuna, afirmado que sua busca por verbas, junto aos deputados, havia demorado a acontecer. “Quero comentar o que Vereador Cinoê Duzo colocou, dizendo: demorou Vereador! Nós, PPS, não tivemos que ir até Brasília, para buscar verbas, porque nossos deputados estiveram em Mogi Mirim e, inclusive, na semana passada, o Deputado Federal Arnaldo Jardim PPS/SP esteve em Mogi Mirim e também já prometeu equipamentos para a Santa Casa local”, disse o Vereador. Sobre outro assunto, o Vereador comentou a respeito do loteamento irregular Domênico Bianchi, desejando saber quem havia sido o Vereador ‘irresponsável’, que tinha ingressado na Justiça para barrar as obras que estavam sendo executadas no loteamento. “Não sei quem foi o engraçado, ou a engraçada desta Casa, ou até mesmo se foi incompetência do Prefeito, mas vou me



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

informar, porque está lá, o loteamento, no sufoco, atrás da Monroe; a população reclama, diz que é má vontade do Vereador, quando estamos nesta luta já há quatro anos, desde o governo Carlos Nelson Bueno, e a então promotora Cristiane Hillal nos disse, quando a ela reclamamos, que o loteamento só dependia de vontade política para receber investimentos”, explicou. Disse que iria levantar o responsável pelo embargo das obras, que os políticos de Mogi Mirim tinham que fazer ‘a coisa caminhar’, ao invés de estacionar, e que, muitos não haviam tido a capacidade de executar, solicitando que os demais deixassem trabalhar aqueles que tinham vontade e capacidade para solução dos problemas do Domênico Bianchi. Por fim, frisou que os Vereadores não podiam continuar trabalhando para nada, que tinham que ‘fazer acontecer’ e que, a Comissão para Acompanhamento da Regularização dos Loteamentos Irregulares de Mogi Mirim, composta por vereadores de vários partidos, sob a Presidência do Edil Luís Roberto Tavares, devia também executar um levantamento, ir até a Promotoria Pública, para perguntar o porquê do embargo na obra do Domênico Bianchi, já que havia a vontade política da atual administração, para solução dos problemas, e não se podia mais perder tempo. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, que comentou reunião entre alguns Vereadores e os dirigentes da empresa ODS Consultoria, terceirizada que prestava serviços para a Secretaria Municipal de Saúde, realizada dia 19, no Gabinete do Chefe do Executivo. Explanou que a reunião havia sido proposta para que os consultores Bino Mantovani e Gustavo Davoli, sócios da empresa ODS, de consultoria na área da saúde, pudessem aclarar, justamente, indícios, levantados em reunião de 05 de setembro, com lugar na Santa Casa, sobre a possibilidade de intervenção no hospital. Relatou que os empresários não tinham qualquer envolvimento direto com a Santa Casa, ou com o Consórcio Intermunicipal de Saúde “08 de Abril”; que, durante a palestra, os consultores haviam feito comentários e dado sugestões para a direção do hospital, sobre administração e gestão, quando alguns comentários não



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tinham sido muito bem aceitos, talvez, na opinião do orador, por certa vaidade, ou falta de diálogo, e que, a consultoria ODS não confirmava qualquer busca por informações para possível intervenção na Santa Casa. Salientou que o senhor Bino Mantovani havia sido claro em mencionar que não tinha intenção de retornar à Santa Casa, ou como gestor, ou como provedor, porque ‘sua fase já havia passado’ e que, o momento era crítico, porque o hospital possuía um orçamento negativo de cerca de trezentos mil reais/mês. “É necessário que todos se envolvam – Vereadores, Prefeitura e Secretaria de Saúde – para que a Santa Casa deixe esta situação orçamentária negativa”, explicou. Destacou que o hospital vinha elaborando um trabalho de redução de custos; que o hospital, atualmente, só detinha o faturamento do SUS, porque havia perdido o faturamento do Convênio Unimed, o que o deixara em situação financeira difícil, que a reunião, em suma, havia sido proveitosa e que, um próximo encontro havia sido combinado, este com a presença do Dr. Ary Macedo, Secretário de Saúde, visando encontrar soluções e alternativas para as atuais circunstâncias da Santa Casa. Com relação à fala do Vereador João Antônio Gonçalves, sobre a incorporação, ao perímetro urbano, de gleba de terra para instalação de usina de reciclagem e compostagem de entulhos da construção civil, o orador também disse da urgência da matéria, solicitando sua aprovação, haja vista que, desde março de 2013, os empresários do setor aguardavam um local apropriado para descarte do coletado. Por fim, abordou indicação de havia apresentado, para instalação de lixeiras na Praça Itapira, no Bairro Mirante. “As lixeiras são muito necessárias para sustentabilidade do logradouro e para que a população, educadamente, coloque o lixo em lugar próprio”, disse o Vereador do PT, encerrando seu discurso. A próxima oradora a fazer uso da palavra foi a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que falou sobre a Comissão Especial de Acompanhamento da Licitação da Merenda Escolar, relatando que a licitação havia sido realizada na presente data, às 10 horas, com a presença fiscalizadora da Vereadora Dayane



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Amaro Costa e dela, oradora; que a empresa vencedora do processo licitatório havia sido a Angá Alimentação, de São Caetano do Sul, com mais de vinte anos no ramo, e que, as empresas Coan e RJ, que tinham despertado a desconfiança dos Edis, haja vista as ações judiciais por superfaturamento, não tinham comparecido. “Esta Vereadora continuará fazendo a fiscalização nas escolas, acompanhando todo o processo, e quero também, dizer uma palavra de tranquilidade às cozinheiras e auxiliares, que prestam serviço terceirizado à Prefeitura e que já estão no cargo há oito anos, para que fiquem despreocupadas em relação ao desemprego, porque buscaremos, junto à nova empresa que vai assumir o controle, que conheça as merendeiras, auxiliares e cozinheiras, também avaliado o papel dessas pelas diretoras, ou nutricionistas, para que possam ser aproveitadas no novo contrato da merenda, porque se trata de um número grande de profissionais, que não podem ficar sem emprego, da noite para o dia, e é esta a minha preocupação, logo, vou agendar com o Secretário de Governo, Gabriel Mazon, para saber dele, qual será a postura da Prefeitura, quanto ao reaproveitamento dessas profissionais”, verbalizou a Edil do PR. Na sequência, a Vereadora comentou a respeito do Jardim Planalto, afirmando que a Prefeitura havia executado várias ações no bairro e que ela, pessoalmente, havia conversado com a diretora da EMEB lá existente, obtendo da diretora a informação de que o clima na escola já havia mudado, para melhor. “E hoje, os alunos da EMEB do Jardim Planalto estiveram visitando o Prefeito, umas crianças lindas; o Prefeito também foi muito atencioso e assistimos, em vídeo, uma palestra do Promotor de Justiça, Dr. Rogério José Filócomo, que foi algo muito didático para as crianças, numa manhã muito produtiva, culminando com a boa notícia da direção da EMEB, de que as coisas acalmaram por lá e de que a meta é o crescimento na área da educação”, arrematou. Por fim, a Vereadora comunicou que estivera reunida com o Prefeito Municipal, para saber dele qual seria o plano emergencial da Prefeitura de Mogi Mirim, para o período das chuvas, que estava prestes a se iniciar, com relação ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mato nas ruas, calçadas, buracos, conseguindo dele a notícia de que o plano seria concluído e apresentado na próxima semana. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Jorge Setoguchi, que também relatou a viagem dos Vereadores do PSD à Brasília, que teve o intuito da busca de verbas para as áreas da saúde, agricultura e esporte, quando foram protocolados alguns pedidos dos Vereadores de Mogi Mirim, razão pela qual o orador desejava agradecer o Deputado Federal Guilherme Campos, do PSD, que prometera prestigiar a cidade com uma verba em prol da Santa Casa de Misericórdia. Por fim, relatou ainda, notícias que obtivera acerca do fechamento das APAEs, em todo o Brasil, aclarando que o MEC – Ministério da Educação e Cultura, pretendia fazer uma alteração na sua Meta IV, não mais definindo uma data para o fim dos repasses do FUNDEB. “Às instituições que oferecem ensino especial, como é o caso das APAEs, a previsão inicial era que esses repasses fossem encerrados, a partir de 2017, algo que não vai mais acontecer, logo, acredito que as APAEs continuarão recebendo verbas do Ministério da Educação e Cultura”, salientou, concluindo seu discurso. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que parabenizou a Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim – ACIMM, pela realização da Prova do Comércio - 9ª Etapa da Média Paulista de Ciclismo, acontecimento do dia 22 de setembro último, no Complexo Lavapés, evento que reuniu cerca de quinhentos atletas de todo o Estado de São Paulo, destacando que havia sido uma maravilhosa apresentação na cidade, razão pela qual também teceu elogios ao Gerente de Esportes, Dirceu Paulino, bem como ao TG 02-023, de Mogi Mirim, à Secretaria de Saúde e à Gerência de Trânsito, pelo apoio. “Todos estes somaram esforços para realização deste evento e eu quero parabenizar os que colaboraram, pois a prova estadual só engrandeceu o nosso Município”, completou, finalizando sua participação. O próximo orador foi o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, que dirigiu seu discurso à população. “Hoje, eu gostaria de agradecer à população de Mogi Mirim, por me apoiar em meu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dia a dia, como Vereador, e a razão deste agradecimento é porque tenho tido um bom retorno de todos; todos os dias encontro pessoas que me ajudam a ser Vereador, e entre todos os comentários, cobranças, tudo, algo que me chama à atenção é que a insatisfação é grande, pois a maioria está muito descontente em pagar tanto imposto e ver tão pouco retorno, no entanto, a esperança que demonstram é ainda maior do que a insatisfação, e, ao falarem comigo, percebo que a população, embora insatisfeita, acredita que tudo pode melhorar; acreditam que nós fomos eleitos e podemos fazer algo pelo bem de todos, então, isso tem me dado muita força para continuar na batalha, tentando resolver e melhorar o que estiver ao meu alcance e, por fim, eu peço: não desistam de acompanhar, fiscalizar, cobrar e acreditar que as coisas podem melhorar”, disse o Vereador. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Benedito José do Couto, que versou a respeito das indicações que apresentou, especificamente, para a área da saúde, sugerindo uma ambulância, de plantão, no Posto de Saúde de Martim Francisco e atendendo também no Posto de Saúde do Jardim Planalto. “Pode parecer muito estacionar a ambulância de plantão no distrito, mas uma vida não tem preço e não há preço para se investir em saúde, além disso, a reclamação da população é grande, este é o seu pedido e sei que o Prefeito não vai medir esforços para o melhor em benefício da cidade”, completou o Edil. Prosseguindo, relatou ter sugerido ainda, a implantação de um redutor de velocidade na Avenida Expedito Quartieri, zona leste, desde o Depósito de Construção São Sebastião até a entrada das Chácaras Ypê, e ainda, estudos para complementação da calçada, do lado direito da Avenida Benedito Marques de Camargo, próximo à rotatória do Bairro Linda Chaib, sentido Túnel Mário Covas. Por fim, o Vereador se referiu à fala da Vereadora Márcia Róttoli, dizendo que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

também ele tivera a ideia de trazer as crianças, em idade escolar, para visitas na Câmara Municipal, nos mesmos moldes das visitas feitas ao Prefeito Municipal, para uma breve aula e noções de cidadania, bem como para o conhecimento do funcionamento do Poder Legislativo. “Tem sido uma experiência muito boa e aperfeiçoamos as visitas, pois as crianças visitam a Câmara e o Gabinete do Prefeito no mesmo dia”, completou, concluindo sua participação. Retomando a direção dos trabalhos, o Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, concedeu a palavra à Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Esta fez rápido comentário sobre uma Operação da Polícia Federal, que apontou desvios em fundos de pensão de Prefeituras Municipais, frisando que a operação deflagrada havia desarticulado um esquema de lavagem de dinheiro, na última semana, o qual tinha movimentado trezentos milhões de reais, no período de um ano, causando prejuízo de cinquenta milhões de reais aos fundos de pensões municipais. “É bom o Prefeito acompanhar pelos jornais, quando ele fala sobre mudança de regime jurídico na Prefeitura desta cidade”, pontuou. Abordando outro assunto a Vereadora analisou a questão das Parcerias Público-Privadas – PPPs, lembrando que a autorização havia sido aprovada pela Câmara, criando as PPPs, recordando de que fora afirmando, em tribuna, que cada parceria passaria pelo crivo da Câmara, o que era uma mentira, segundo a Vereadora do PSDB. “O comitê gestor das PPPs remeterá à Câmara Municipal relatórios sobre as parcerias firmadas, logo, como eu tenho dito – e não pertencem mais à Comissão de Justiça – tudo caminha muito rápido, porém, nós temos a Lei Orgânica de Mogi Mirim, que estabelece que, “a alienação de bens públicos é subordinada à existência de interesse público, devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá a seguinte norma: quando imóveis, dependerá de aprovação legislativa e concorrência (Artigo 112 da LOM)”, aclarou. Assim sendo, a Edil prosseguiu, dizendo que o Poder Executivo não poderia fazer qualquer parceria público-privada sem antes ter a aprovação legislativa, haja vista o estabelecido



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

na LOM de Mogi Mirim, afirmando, igualmente, que a Comissão de Justiça e Redação não havia observado tal dispositivo. A seguir, leu o Artigo 114, da LOM de Mogi Mirim, assim redigido: “o uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante contratação de parceria público-privada, de consórcio público e de regime de concessão, permissão, ou autorização, conforme o caso e quando houver interesse público devidamente justificado, sempre por prazo determinado”. “O programa fala que é vedada a PPP, cujo valor do contrato seja inferior a vinte milhões, mas também fala ‘cujo período de prestação do serviço seja inferior a cinco anos’, mas a LOM fala que a permissão poderá incidir sobre qualquer bem público por até um ano (§ 2º, do Artigo 114, da LOM), logo, estou tranquila, porque para instrumentalizar as PPPs teremos que mexer, novamente, na LOM, e nada vai ser mudado, através do programa que foi votado aqui, sem a mudança também da LOM, então, a possibilidade da Santa Casa assumir a gestão das UBSs é ainda um caso a ser discutido, porque não temos o instrumento, nem em lei, nem pelo programa que foi aprovado por esta Casa”, explicou, pormenorizadamente, e encerrou seu discurso, a Vereadora do PSDB. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Manoel E. P. C. Palomino. Primeiramente, o Vereador destacou algumas indicações que havia apresentado, as quais ele classificou como de suma importância à população, tais como, por exemplo, pedido de estudos para realização de uma Campanha Educativa de Combate à Evasão Escolar, através de uma ação educativa e específica de combate à violência dentro das escolas municipais. “Nos últimos dias, os jornais e a mídia vêm destacando inúmeros casos de violência dentro das escolas e sabemos que este é um dos fatores que levam muitas crianças e adolescentes a deixarem de frequentar a escola, levando-os, por conseguinte, à evasão escolar, logo, nós somos conscientes de que os efeitos da evasão escolar são drásticos, porque os adolescentes evadidos permanecem mais tempo na ociosidade, nas ruas, prejudicando sua formação e, é claro, toda a vida”, aclarou, explicando o porquê sugerira tal



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

campanha. O Vereador também teceu comentários sobre o projeto de lei que havia apresentado, instituindo a Semana Municipal de Combate à Evasão Escolar no Município, bem como fez referência à indicação, objetivando estudos para criação de um programa de incentivo fiscal às empresas, que concederem o primeiro emprego aos jovens mogimirianos. Prosseguindo, parabenizou o Executivo Municipal pelo projeto piloto de compostagem de lixo, falando da importância da reciclagem do lixo orgânico na atualidade. “Mas eu penso que toda a população deva ser orientada sobre esta iniciativa e, por isso, fiz minha terceira indicação da noite, para que os profissionais, que atuam diretamente junto às famílias, orientem e incentivem a prática da reciclagem de lixo orgânico”, frisou o Edil. Para finalizar, o Edil do PPS informou ter apresentado emenda ao Plano Plurianual – PPA e à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para a implantação de uma futura Coordenadoria de Bem estar Animal, cujo objetivo seria desenvolver ações de proteção e defesa dos animais de pequeno, médio e grande porte, também os em estado de vulnerabilidade, firmando parcerias e convênios com órgãos públicos, ONGs e clínicas veterinárias. Em derradeiro, Questão de Ordem, o Vereador Manoel E. P. C. Palomino requereu, *conforme estabelece o Artigo 1º, § 1º, I, das Resoluções n.ºs. 135/89, 223/99 e 241/02 da Câmara Municipal, realização da Tribuna Livre entre o “Expediente” e a “Ordem do Dia”*, o que foi aprovado unanimemente pelo Plenário. Na sequência, fez uso da palavra, como Líder, o Vereador Waldemar Marcurio filho que, primeiramente, agradeceu aos Vereadores Benedito José do Couto e João Antônio Pires Gonçalves, pelo apoio que davam às causas do povo de Martim Francisco e adjacências. Prosseguindo, o Vereador falou respeito da Santa Casa, da renda per capita da entidade, de dois milhões e meio, do déficit de trezentos mil reais/mês, destacando que uma das únicas formas reais de solução seria que a Unimed e demais convênios médicos retornassem com o atendimento no hospital, que era uma entidade muito antiga na região. “Tudo o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que for para benefício da Santa Casa, este Vereador apoiará da melhor forma possível”, disse, finalizando sua participação. Solicitou a palavra como Líder, artigo 98 do RI, o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, passando a mesma ao seu liderado, Vereador Luís Roberto Tavares. Este usou da palavra para parabenizar o senhor Márcio de Souza, Presidente da Associação dos Portadores de Deficiência de Mogi Mirim, que fora assento a membro do CONSEP – Conselho Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência, empenhando o apoio da Câmara para a causa da deficiência. A seguir, o Vereador se dirigiu ao Vereador Laércio Rocha Pires, para lhe dizer que também havia ficado curioso com o embargo das obras que estavam sendo executadas no loteamento Domênico Bianchi, denuncia feita pelo Vereador do PPS. O Vereador acreditava que as obras estavam sendo feitas em caráter de urgência, haja vista as chuvas e o loteamento ser lindeiro ao leito do rio Mogi Mirim, onde um esgoto era lançado, mas também indagava sobre a interrupção. “Parou, precisamos saber o porquê e eu não acho que tenha sido a Promotoria, porque a Promotoria sabe que aquele local é caso de utilidade pública mesmo”, salientou. Depois relatou ter feito indicações, sugerindo a limpeza das calçadas da Rua João Avancini e também, melhorias no sistema de escoamento das águas pluviais, que foi feito na rotatória, localizada na saída do Túnel Mário Covas, na zona leste. “Estou sugerindo que se faça uma adaptação para maior escoamento das águas que ainda empoçam, mas se não houver uma conscientização da população, que joga lixo no local, não conseguiremos avançar”, frisou. Por fim, ratificou a fala do Vereador Jorge Setoguchi, sobre as APAEs, dizendo que o convênio com o Ministério da Educação havia sido mantido, o que era muito positivo, uma vitória, mas que outros pontos não muito bons permaneciam no projeto, a ser aprovado em esfera federal, o que fazia com que a luta continuasse. Solicitou a palavra como Líder, artigo 98 do RI, o Vereador Leonardo David Zaniboni, passando a mesma a sua liderada, Vereadora Márcia Róttoli Masotti, que retornou para esclarecer a respeito da fala da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros e tranquiliza-la, em relação ao regime dos funcionários públicos, bem como tranquilizar também os funcionários, porque, de fato, na administração, nada existia de concreto, nem lei, nem projeto sobre regime de funcionários públicos. “Embora digam que não, quem manda na cidade é o Prefeito e ele já garantiu para mim, para os Vereadores Manoel, Daniela e Dayane que não existe nada a respeito de estatutários e celetistas em trâmite na Prefeitura de Mogi Mirim e o que existe, atualmente, é a contratação da FGV, e os funcionários da FGV começarão a receber os funcionários dos departamentos, para estudos e confecção do plano de cargos e carreiras da Prefeitura, que nada tem a ver com o regime jurídico dos funcionários”, explicou. “Se algo a respeito de estatutários e celetistas existir, isto terá que partir dos próprios funcionários, porque o Prefeito não vai impor regime algum a ninguém e está havendo um terrorismo para com o funcionário, algo digno de dó, porque estão usando pessoas mal informadas, que ficam fomentando tais coisas nas cabeças dos funcionários, deixando-os nervosos, quando não há nada!”, exclamou, em derradeiro, a Edil do PR. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente deu ciência ao Plenário, através de sua leitura, do EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 08 (oito), de 2013, de **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** da Câmara Municipal, para logo após o encerramento da Trigesima Primeira (31ª) Sessão Ordinária, em curso, destinada, na “Ordem do Dia”, à discussão e votação das seguintes matérias: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 128, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o Executivo Municipal a celebrar convênio com a Associação Resgate a Vida de Mogi Mirim, para o fim que especifica e determinando outras providências”; e **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 2. Projeto de Lei nº 130, de 2013, de autoria da Mesa da Câmara Municipal, “autorizando a reforma nas dependências da Câmara Municipal de Mogi Mirim e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dando outras providências”, ficando, pois, todos os Vereadores **convocados**. Posto isto, o Sr. Presidente da Câmara suspendeu a Sessão às 20h11, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente), para o intervalo da “Ordem do Dia”. No interstício, conforme requerimento verbal do Vereador Manoel E. P. C. Palomino, aprovado por unanimidade de votos, o Senhor Presidente passou à parte dos trabalhos reservada à “**TRIBUNA LIVRE**”, e deu ciência à Casa da existência de orador regularmente inscrito, conforme Artigo 116, do Regimento Interno, e Resoluções nºs. 135/89, 223/99 e 241/02 da Câmara Municipal. Desta forma, o Sr. Presidente da Câmara convidou, para que adentrasse ao Plenário, o Senhor *Jeferson C. Bordignon, representante da Frente Libertária Mogimiriana - FLM*, para versar sobre a postura e outros assuntos relativos à FLM, cujo discurso foi gravado em formato digital, à disposição nos arquivos da Casa por trinta dias. Decorrido o interstício regimental a que se refere o Artigo 105, do Regimento Interno, e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da “**ORDEM DO DIA**”, submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no §1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno: 1. Projeto de Lei nº 117, de 2013**, de autoria do Poder Executivo, “instituinte a Semana Municipal de Orientação e Conscientização Política”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (colocado a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 117/2013, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **2. Projeto de Lei nº 124, de 2013**, de autoria do Poder Executivo, “dispondo sobre incorporação, ao perímetro urbano do Município de Mogi Mirim, da área de terreno de propriedade de Itaquí Participações Ltda., e dando outras providências”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (submetido a votos em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 124/2013, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **3. Projeto de Lei nº 125, de 2013**, de autoria do Poder Executivo, “dispondo sobre incorporação, ao perímetro urbano do Município de Mogi Mirim, da área de terreno de propriedade de Paulo Aparecido Rodrigues, e dando outras providências”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Antes, todavia, de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Sr. Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, deu ciência à Casa de **Emenda Modificativa**, de autoria do Vereador Leonardo David Zaniboni, ao Artigo 2º, do Projeto de Lei 125/2013, a ser anexada à matéria, para apreciação, conforme estabelece o Artigo 151, do Regimento Interno, contendo a seguinte redação: “*a presente incorporação ao Perímetro Urbano do Município de Mogi Mirim, da área de que trata o Artigo 1º, desta lei, tem por objetivo a implantação do empreendimento de reciclagem de rejeito de materiais de construção, pela empresa Paulo Locação de Máquinas para Construção Ltda., e findando tais atividades, esta lei será revogada automaticamente*”; (posta a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, a anexação da Emenda Modificativa do Vereador Leonardo David Zaniboni, ao Projeto de Lei nº 125/2013, do Prefeito de Mogi Mirim); Em votação Projeto de Lei nº 125 e Emenda Modificativa; (submetido a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 125/2013, do Prefeito de Mogi Mirim e Emenda Modificativa); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **4. Projeto de Lei nº 129, de 2013**, de autoria do Poder Executivo, “dispondo sobre abertura de crédito especial no valor de R\$ 235.000,00”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento; (colocado a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 129/2013, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); “**ex-vi**” do disposto no **Artigo 171 do Regimento Interno**: **5. Projeto de Decreto Legislativo nº**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

19, de 2013, de autoria do Vereador Benedito José do Couto, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao Senhor Adelane Vicente de Oliveira”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 19/2013, do Vereador Benedito José do Couto); (ao Presidente da Câmara para promulgar, de acordo com o Artigo 18, I, “i”; IV, “g”, do Regimento Interno); EM SEGUNDO (2º) TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172, do Regimento Interno: 6. Projeto de Lei Complementar nº 07, de 2013, de autoria do Poder Executivo, “dispondo sobre alteração de dispositivo da Lei Complementar nº 207/06, que estabeleceu o Estatuto do Magistério Público do Município de Mogi Mirim”; (submetido a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei Complementar nº 07/2013, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 7. Projeto de Lei nº 123, de 2013, de autoria do Vereador Manoel Eduardo P. da Cruz Palomino, “instituinto o Dia da Guarda Civil Municipal, no Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos em Sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 123/2013, do Vereador Manoel E. P. C. Palomino); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno); **“ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno: 8. Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2013**, de autoria do Prefeito Municipal, “alterando dispositivos da Lei Complementar nº 206/06, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Empregos, salários e carreiras do Serviço Autônomo de Água e Esgotos - SAAE”. Juntamente com EMENDA da Vereadora Márcia Róttoli de O. Masotti e outros. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos em Sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei Complementar nº 11/2013, do Prefeito de Mogi Mirim e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Emenda); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno); **9. Projeto de Lei Complementar nº 12, de 2013**, de autoria do Prefeito Municipal, “alterando dispositivo da Lei Complementar nº 205/06, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Empregos, salários e carreiras da Prefeitura de Mogi Mirim”. Juntamente com EMENDA da Vereadora Márcia Róttoli de O. Masotti e outros. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (submetido a votos em Sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei Complementar nº 12/2013, do Prefeito de Mogi Mirim e Emenda); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Primeiramente, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, que destacou a aprovação do projeto que propôs a Semana Municipal de Orientação e Conscientização Política, dizendo que este era um começo, uma forma de abrir os olhos da população quanto à importância de uma consciência política para a sociedade, explicando que a iniciativa da matéria se dera através de minuta de projeto de lei, que havia sido encaminhado pela Vereadora ao Poder Executivo. “Fiquei feliz pela aprovação e agradeço aos Vereadores”, frisou. Por fim, convidou os Vereadores e todos os presentes para o evento Setembro Azul, agenda do dia 24 próximo futuro, com lugar nas dependências da Estação Educação, palestra de arrojado da professora de Libras, Ângela Suassuna, versando sobre o ensino bilíngue aos deficientes auditivos. “Creio que este evento seja um começo para a implantação desse tipo de política, a fim de que a população entenda o quanto isso é importante para a nossa sociedade, logo, parabéns a professora Ângela Suassuna pela iniciativa”, concluiu a Vereadora do PDT. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que replicou as palavras da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

relação à mudança do regime trabalhista da Prefeitura, afirmando que o assunto havia surgido no seio da própria administração municipal. “Eu quero esclarecer que as conversas sobre a mudança de regime não ocorreram num movimento fora da Prefeitura, mas pelo contrário, as falas emanaram do Poder Executivo, porque foram algumas pessoas de posição, junto ao Executivo, que começaram a questionar o assunto, assunto este que ganhou espaço e surgiu, então, a preocupação dos funcionários, que vêm cobrando, por parte da administração, uma discussão que lhes foi prometida”, explanou a Edil do PSB. “Repito que foi algo que veio de dentro da gestão municipal, para fora dela, mesmo porque, depois de um primeiro momento, houve, posteriormente, uma reunião do Executivo com os representantes do Sindicato dos Servidores Municipais de Mogi Mirim – SINSEP e o assunto também foi debatido, então, nada melhor do que fazer uma audiência com todas as pessoas, dando-lhes a oportunidade de se colocarem, publicamente, tanto os membros do Poder Executivo, quanto os membros do SINSEP e os próprios funcionários”, pormenorizou a Vereadora. “Se houver alguma posição concreta do Executivo, pelo menos os funcionários terão condições de discutir”, frisou. Prosseguindo, a Vereadora comentou em relação à Feira do Brás e seus desdobramentos, explicando que tinha ingressado com ação, junto ao Ministério Público, que fora aceita, para investigação de um possível caso de improbidade administrativa, por parte de um comissionado, o Gerente de Cultura, André Mazon, que tinha alugado o próprio barracão, localizado no Bairro Maria Beatriz, para realização do evento, contrariando as determinações expressas do Gabinete de Governo Municipal. Prosseguindo com outro assunto, a Vereadora fez um pronunciamento em relação ao requerimento que apresentara, solicitando do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, informações sobre o Centro Especializado Municipal de Atendimento e Apoio à Inclusão – CEMAAI, tais como estrutura física do prédio; número de funcionários; custos mensais dos serviços, número de crianças atendidas e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

capacidade ociosa, salientando que assim procedera, porque desejava saber onde haviam sido gastos um milhão e oitocentos mil reais e qual parte do público mogimiriano estava, realmente, sendo atendida no referido centro. Por fim, a Vereadora Luzia C. C. Nogueira comentou a questão das publicações oficiais do Município, recordando que além do requerimento apresentado na sessão em curso, havia ingressado, em agosto do corrente, com um projeto de lei, dispondo sobre a publicidade oficial do Município de Mogi Mirim, dos poderes da administração direta e indireta, Prefeitura e Câmara, e da administração indireta, autarquia e fundações. “Um Vereador da Câmara Municipal de Mogi Guaçu apresentou matéria semelhante, que foi aprovada por aquele Plenário e executada pela administração municipal da cidade, dentro da transparência, e aqui, o digno Prefeito Luís Gustavo A. Stupp sempre fala do Portal de Transparência, logo, eu menciono, porque acho importante”, destacou, concluindo sua participação. Como o próximo orador inscrito, Vereador Luís Roberto Tavares, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o nobre Vereador Waldemar Marcurio. Este retornou à tribuna, porque havia se sentido constrangido em presenciar a forma de tratamento da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros para com a Diretora Geral da Secretaria da Câmara de Mogi Mirim, Dra. Adriana Tavares Penha, criticando-a em relação à postura tomada porque, no decurso do “Expediente”, a Vereadora do PSDB havia solicitado silêncio da Diretora Geral, que estava no Plenário, distribuindo cópias de documentos aos Edis. “Vereadora, eu lhe admiro e a respeito por demais, mas já discurssei aqui sobre decoro e eu presenciei a atitude da senhora nesta noite e não achei justa, logo, gostaria de lhe dizer que a senhora deve ter respeito para com os funcionários desta Casa, porque nós estamos aqui, de passagem, e não devemos humilhar os funcionários que nos servem, logo, a cortesia, em relação a esta Casa, deve permanecer entre nós e de nós para com os funcionários”, colocou. “Ter boas maneiras ao se comportar socialmente demonstra o respeito, o cuidado e a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

consideração para com os funcionários e o seu comportamento mostrou falta de amor, caridade, pois humilhar funcionário é ignorância, ou necessidade de se sentir superior, algo que a senhora não precisa”, afirmou, encerrando seu discurso. O próximo orador foi o Vereador Laércio Rocha Pires. Este, de início, também criticou a postura da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Gosto muito da senhora, Vereadora Maria Helena, tenho pela senhora muito carinho, mas como a senhora mesmo diz, neste Plenário, o que a senhora fez com a Diretora foi uma deselegância e apelo para que se contenha, porque a Diretora nada mais fazia do que nos entregar um convite”, destacou o Vereador do PPS. Depois o Vereador parabenizou o Professor André Girardi e cumprimentou o corpo docente e discente da FATEC “Arthur de Azevedo” pela formatura da 2º turma de Tecnologia e Análise, ocorrida no dia 21, sábado; cumprimentou também, a diretoria e colaboradores do Centro de Educação e Integração Social – CEBE “Benjamim Quintino”, pela formatura da 11ª e 13ª turmas do Curso de Capacitação e Qualificação Profissional, bem como parabenizou o Presidente da subsecção da OAB local, Dr. André Barbosa, pela inauguração da nova sede. “Estive em todos os eventos, representando a Câmara Municipal”, completou. Para finalizar, o Vereador parabenizou o funcionário Luiz, da Secretaria de Meio Ambiente, pela atuação, bem como o Gerente de Esportes, Dirceu Paulino, também pela atuação. “Dizer, por fim, que estou chateado com os outros gerentes, porque faz setenta e cinco dias que procuro o Gabinete do Prefeito, por causa das quatro crateras que existem no Parque da Imprensa, e ninguém me atende – já não procuro mais o Gabinete – logo, estou decepcionado, porque moro no bairro, a população me pede e não consigo atendê-la e não podemos esperar um acidente, ou morrer alguém”, disse, em derradeiro. Como os próximos inscritos, Vereadores Luiz Antonio Guarnieri e Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, desistissem da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Jorge Setoguchi, apenas para convidar a todos para o Leilão da APAE, agendado para o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

domingo, dia 29 de setembro, cuja realização objetivava fechar as contas, o déficit negativo da entidade. O próximo orador foi o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que fez uso da palavra para dar ciência aos Pares, de resposta que recebera, quanto à sua indicação de instalação de redutor de velocidade na Rua Aquiles Albano, no Bairro Santa Cruz. “Em que pese o contido, é muito engraçada a resposta, porque a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social informou que o trecho está em estudo para novas modificações e acrescenta que, tratando-se de redutor de velocidade, existem prerrogativas para a aplicação, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro”, colocou o Vereador, ao mesmo tempo em que exclamou, que tais informações, sobre a proibição de ‘lombadas’, eram do conhecimento de qualquer ‘Zé Ruela’ e que, o que realmente incomodava o Edil era saber se a administração executaria, ou não a benfeitoria. “A Resposta só não informa se o Prefeito vai fazer, ou não! Não pedi lombada, ora! Coloque um radar eletrônico então! É coisa de louco!”, exclamou, concluindo sua participação. Como os próximos Vereadores inscritos, Daniela Dalben Mota e Maria Helena Scudeler de Barros, desistissem da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que ratificou convite para audiência pública, para a próxima quarta-feira, dia 25 de setembro, às 19 horas, no Plenário da Câmara, para discussão da proposta de mudança do regime trabalhista dos funcionários da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim. Por fim, explicou o porquê de seu voto favorável às emendas, de autoria da Vereadora Márcia Róttoli Masotti, anexas aos Projetos de Lei Complementares n.ºs. 11 e 12, de 2013, para que a entrega das cestas ocorresse nas residências dos funcionários, aclarando que assim tinha se posicionado, porque a proposta vinha como um ganho para o servidor público. “Parabéns à colega pela sua preocupação, mas eu chamo à atenção, de que é uma emenda que trará despesas ao Poder Executivo, porque a administração terá custos para encontrar um veículo para o procedimento, e tivemos aqui, nesta Casa, requerimentos que não foram aprovados, durante a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

discussão, justamente por causa desta questão da criação de despesas para o Executivo”, salientou, finalizando seu discurso. Solicitou a palavra como Líder, artigo 98 do RI, o Vereador Leonardo David Zaniboni, passando a mesma à sua liderada, Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que usou da palavra para sanar as dúvidas da Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira. “Desde que a Prefeitura começou a entrega, as cestas básicas são um problema, porque os funcionários vão de ônibus, de bicicleta, de carona, gerando, realmente, um transtorno às famílias, e os Vereadores Manoel Palomino, Dayane Amaro Costa e esta oradora estamos cobrando do Prefeito Luís Gustavo Stupp ações em benefício dos funcionários, porque os funcionários estão sendo gentis com ele, então, eu disse a ele, que se a intenção era beneficiar, que ele deveria beneficiar nas pequenas coisas, como, por exemplo, a entrega da cesta, para levar até a residência, assim como acontece em inúmeras outras prefeituras, e ele acatou, e este não deve ser um serviço oneroso, ou que traga grau de ilegalidade à emenda, portanto, a Vereadora pode ficar tranquila, pois estudamos muito o assunto e não há problema de legalidade, mas é questão de logística, de um plano organizado”, explanou a Edil do PR, concluindo sua fala. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto, determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento da *Senhora Márcia Moura*, conforme pedido verbal do Vereador Leonardo David Zaniboni, no “Expediente” da sessão. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h19, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM